

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
PRÊMIO CLAUDE LÉVI-STRAUSS – MODALIDADE B

*DA TERRA AO CONCRETO:
ETNOGRAFIA DO ESPAÇO DE UM
REASSENTAMENTO*

AUTOR: FABIANO CAMPELO BECHELANY
ORIENTADOR: PROF. RUBEN CAIXETA DE QUEIROZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
DEPARTAMENTO SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO: CIÊNCIAS SOCIAIS

**Da terra ao concreto:
etnografia do espaço de um reassentamento**

*FABIANO CAMPELO BECHELANY
MARÇO/2008*

*“Just as there can be no organism without an environment,
so also there can be no environment without an organism.”
Tim Ingold – Culture, nature, environment..*

Introdução¹

Em dezembro de 2005 as águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé, no rio Jequitinhonha, começaram a subir. Meses antes, concluiu-se a retirada das margens e adjacências de 1.100 famílias que foram deslocadas para outras localidades. Reassentadas em um novo espaço, coube a elas se adaptarem ao lugar e edificarem um novo sentimento de lar. A mudança ganhou a dimensão de fenômeno social a partir de um conjunto de operações ocorridas ao longo do processo – como o despertar de movimentos sociais e transformações irreversíveis no meio ambiente².

Este trabalho resulta de uma etnografia dos processos vividos no cotidiano das vilas construídas pela CEMIG, nos municípios de Turmalina e Leme do Prado, Minas Gerais, onde a vida social dos ribeirinhos tem passado por grandes transformações. Em trabalho de campo realizado na região, foi possível colher depoimentos e entrevistas e acompanhar as práticas implicadas na nova conjuntura espacial. Procurei, assim, descrever algumas diferenças manifestas pelas pessoas entre o modo de organização do espaço oferecido pelo reassentamento e o modo de organização que é próprio à experiência na beira do rio. As alterações em relação ao meio em que viviam se destacam em dois aspectos principais: a terra para produção e os recursos naturais disponíveis; os espaços de moradia e de convivência.

Nas páginas que se seguem analiso um problema específico colocado pelos sujeitos pesquisados: a dificuldade de adaptação à nova morada. Argumento que o espaço dos reassentamentos é percebido por eles como elemento de um ‘descompasso’ entre dois

¹ Este artigo é um extrato das principais idéias desenvolvidas em minha monografia elaborada como trabalho de conclusão para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Ruben Caixeta de Queiroz. Agradeço a ele e ao Prof. Leonardo G. H.Fígoli pelas observações e a João Paulo Ayub pelos generosos comentários.

² A temática da construção de barragens no Brasil foi fruto de inúmeras e preciosas pesquisas que constituem uma longa tradição de estudos. Como o enfoque aqui segue uma linha interpretativa desses fenômenos diferente da adotada por esta tradição, remeto ao livro de Lídia Marcelino Rebouças (Rebouças, 2000) para uma revisão das principais abordagens da temática dentro da antropologia.

modelos de *espacialização*³. Levando em conta a dimensão simbólica envolvida nas noções que permearam o planejamento das empresas empreendedoras – que conceberam o local a partir de funcionalidades estranhas ao modo de vida próprio das comunidades situadas no vale do rio Jequitinhonha – proponho uma interpretação do contexto a partir da noção de *espaço* como uma categoria dotada de valor heurístico para o entendimento das interações entre o homem e o ambiente. A partir do material empírico colhido em duas comunidades reassentadas, analiso alguns dos elementos de transformação no universo social dos indivíduos atingidos.

Antes de abordar o material colhido, algumas contribuições teóricas serão discutidas como uma maneira de reunir ferramentas analíticas que nos levem a uma noção de espaço mais compreensiva. Primeiramente, as análises clássicas de Marcel Mauss e Evans-Pritchard, que apontam um problema e uma possibilidade de investigação antropológica. Em seguida, teorias contemporâneas que trazem uma perspectiva sobre os fenômenos do espaço sob uma concepção relacional. E não só antropólogos, como Tim Ingold e Michel de Certeau, mas também a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari fornecerão importantes conceitos para a interpretação dos fenômenos vividos no Vale do Jequitinhonha.

Ao fim, cabe questionar: quais são as interseções entre o espaço em que habitam os indivíduos reassentados e suas relações sociais? Espero conseguir apontar ao menos um caminho para responder a esta pergunta. Sem dúvida, o relato etnográfico que apresento me ajudará nessa trilha.

Passos para uma etnografia do espaço.

Antes de entrar na etnografia propriamente dita, é preciso revisar alguns tratamentos dados à noção de espaço por diferentes parâmetros conceituais. O espaço, como categoria antropológica que nos permite analisar as relações humanas, possui tanto uma universalidade material quanto uma constituição social, e podemos afirmar que o espaço desde sempre provocou sobre o espírito humano constrangimentos e especulações.

³ Ao longo do texto a noção de espacialização ajudará na compreensão do espaço como dimensão praticada. Nesse sentido, um modelo de espacialização designaria um modo de prática do espaço e, por conseguinte, de concepção dele (cf. Certeau, 1994).

Durkheim, na introdução a *As formas elementares da vida religiosa*, ao elaborar uma análise sobre aquilo que ele denominou a “ossatura da inteligência”, chama a atenção para o caráter social das categorias que organizam a experiência humana. O espaço, como uma dessas categorias, teria sua condição de existência a partir da vida social dos indivíduos. Mais precisamente, são as distinções e os valores afetivos denotados ao espaço que têm seu conteúdo gerado socialmente.

Contornando a teoria do conhecimento envolvida nessas análises em que o espaço é considerado como ‘categoria do entendimento humano’, proponho analisar a espacialização em um contexto social específico. Dessa forma, recusando evocar de antemão um naturalismo das categorias, reconheço que a procura da essência dos Homens (com H maiúsculo) acaba se deparando com um esvaziamento das unidades quando confrontadas com a diversidade das realizações do homem (com h minúsculo). Sugiro, então, percorrer o caminho proposto por Clifford Geertz (1989: 37), “(...) entre o que os homens são intrinsecamente capazes de tornar e o que eles realmente se tornam”, avançando no diálogo entre as diferentes sociedades, e suas múltiplas articulações entre natureza e cultura, com a nossa tradição.

Segundo o verbete “Espaço”, do *Dictionnaire de l’ethnologie e de l’anthropologie*: “Toda sociedade imprime sua marca sobre o espaço e, inversamente, o espaço aparece como um modo de manifestação ou de expressão da sociedade” (Cadoret, 2003: 235). O movimento ocorre nos dois sentidos, não se pode definir a primazia de um dos termos. Toda sociedade constrói significações sobre o espaço onde vive, classificando-o de acordo com o seu sistema conceitual. Ao mesmo tempo, o espaço impõe sobre o desenvolvimento material e cultural de uma sociedade implicações que exigem modulações da ação e do pensamento. As características do ambiente, sejam elas quais forem, só têm relevância na medida em que são percebidas por um esquema perceptivo constituinte de significados dentro de uma cultura.

Se há um ponto de partida aí que nos permite avançar em relação à compreensão das sociedades humanas é que a classificação do espaço segundo suas propriedades e elementos constitutivos deriva da própria idéia que a sociedade faz de si mesma. A universalidade do espaço como uma referência exterior está diretamente relacionada às diferenciações e significações que um dado sistema cultural elabora a partir do modo de operar as relações

entre os diversos domínios de sua existência. A relação entre natureza e cultura, ou entre a materialidade do mundo e a realidade que ela constitui implica uma organização do espaço existencial dos indivíduos situados em determinado ambiente.

Para compreendermos um pouco dessa relação será preciso evocar alguns estudos antropológicos que lançam luz sobre o problema. No começo do século passado, Marcel Mauss publicou um ensaio, hoje clássico, sobre as variações sazonais das sociedades esquimós (Mauss, 2003) em que analisa as mudanças na morfologia desses grupos em cada uma das estações que marcam o ano no norte do planeta. Segundo o autor:

[...]a maneira como são classificados os homens e as coisas traz a marca dessa oposição cardinal entre as duas estações. Cada estação serve para definir todo um gênero de seres e coisas.[...] Pode-se dizer que a noção de inverno e a noção de verão são como dois pólos em torno dos quais gravita os sistema de idéias dos Esquimós. (p.480).

Com efeito, o que Mauss está preocupado em demonstrar é que as mudanças climáticas não condicionam as representações do grupo, mas que é apenas “por intermédio da sociedade que o solo [a base material, diríamos] age sobre o homem.” (428). São as transformações nas relações sociais que produzem uma diferente organização da sociedade e do pensamento no inverno e no verão. Segundo o etnólogo, os fatores naturais do território de um esquimó são processados pelos indivíduos através do conjunto de idéias que compõem o meio social na sua totalidade.

Outro estudo de importante influência teórica na antropologia que aborda a categoria do espaço, associada à de tempo, é a etnografia Nuer escrita por E.E.Evans-Pritchard. O antropólogo inglês propõe uma direção similar de análise ao demonstrar o complexo conceitual que orienta tais noções nesta sociedade africana. Investigando os domínios do tempo e espaço entre os Nuer, Evans-Pritchard observa que outras instituições da vida coletiva emprestam sua lógica de funcionamento à relação entre os indivíduos e o espaço, produzindo uma diferenciação e classificação do ambiente conforme o sistema de relações que orienta as instituições políticas. As noções de “espaço ecológico” e “espaço estrutural” procuram distinguir dois sistemas que, no entanto, se interpenetram: a ecologia nuer assenta-se sobre relações entre o homem e o meio específicas que recebem valor a partir da estrutura social do grupo; o espaço estrutural constitui uma orientação às interações que significam as localizações, fronteiras e dimensões dos terrenos (cf. Evans-Pritchard, 1999: 126 et seq.).

O que ambas as análises parecem se ocupar é do modo como um determinado contexto ambiental se torna uma experiência coletiva em que representações são construídas de acordo com lógicas próprias a determinada sociedade. Essa lógica operatória funciona como princípio que orienta a ação dos indivíduos em sua relação com a natureza e os objetos do meio. Nesse sentido, a organização do espaço está intimamente ligada ao funcionamento do social, a diferentes esferas e instituições da coletividade. O espaço, entendido por estas abordagens, constitui-se então em um meio onde as categorias e representações coletivas diferenciam aspectos e constroem continuidades e descontinuidades em relação ao todo social.

Philippe Descola (1997: 260), analisando o problema do ponto de vista das sociedades amazônicas, descreve esse dispositivo estrutural que atua como princípio na experiência espacial:

Supúnhamos, então, que existam estruturas muito gerais que organizam a maneira pela qual as pessoas constroem representações de seu meio ambiente físico e social. Onde se deve começar a procurar para encontrar traços de sua existência e de seu *modus operandi*? O ponto de partida que me pareceu mais simples é o seguinte : um traço característico de todas as conceitualizações do meio ambiente é que elas se baseiam em um referencial antropocêntrico. Esta propriedade gera modelos nos quais as categorias e as relações sociais servem de gabarito mental para ordenar o cosmos, ou modelos nos quais as descontinuidades entre não-humanos só se tornam plenamente significativas como significante do social, ou, enfim, modelos como o nosso, em que a natureza é definida negativamente, como segmento ordenado da realidade que se desenvolve independentemente da ação humana.



Uma abordagem contemporânea do espaço procura colocar a problemática da relação entre o homem e o ambiente em outros termos. Resumirei brevemente um enfoque antropológico que se baseia em outras prerrogativas epistemológicas. Alguns desses autores permitirão descrever os fatos observados nos reassentamentos e propor uma interpretação de alguns eventos. Ao fim, poderemos apreender desta teoria antropológica sua análise das imaginações conceituais dos povos a partir das relações sociais que elas implicam.

Podemos dizer que certa antropologia sempre concebeu o modo como a percepção do mundo natural se constrói distinguindo uma dimensão, chamada simbólica ou cultura – onde a experiência mediada pelos órgãos sensitivos é processada e elaborada – da

realidade material – determinada por uma continuidade, estabilidade e relativa desordem. A natureza organiza-se significativamente a partir de um conjunto de idéias que a representam, mas permanece extrínseca ao sistema representacional. Essa divisão entre uma natureza ‘lá fora’ e uma visão de mundo aqui ‘dentro’ deriva da idéia de que as sociedades projetam suas “categorias sociais” sobre a natureza. Uma distinção entre a natureza real e o espírito humano que nos põe diante da escolha entre a (des)ordem das coisas e o movimento da sociedade.

Reintegrar estes dois pólos tem sido tarefa dos “novos ventos” na antropologia, como denominou Otávio Velho (2001). O entendimento de que outras culturas vivenciam não só modos distintos de relação com o mundo, mas, sobretudo, outros mundos, outras realidades, tem contribuído para aprofundar o entendimento da natureza das coisas sobre as quais o pensamento se debruça. Essa, me parece, tem sido a perspectiva do antropólogo Tim Ingold sobre os “agentes-no-ambiente”. O autor considera que a tarefa da antropologia não é analisar entidades ou eventos, mas relações e processos (cf. Tim Ingold, 2000a e 2000b). Nesse sentido, o que a antropologia proposta por Ingold analisa é a existência humana em desenvolvimento dentro de um ambiente que está em constante movimento de realização, envolvendo tanto processos sociais quanto biológicos. O que ele chama de “modo lateral de integração” dos indivíduos no espaço tem como prerrogativa uma realidade que é relacional e, desse maneira, o mundo e o conhecimento dele são feitos enquanto nos movemos.

Uma “ecologia da vida” (2000a: 18), que leva em conta a percepção do indivíduo no espaço sendo construída a partir dos inúmeros deslocamentos ao longo de uma vida, não dissociando a experiência da mente do corpo, pois a geração de um “desempenho habilidoso” pelo tempo é “uma atividade [...], uma multiplicidade criativa de um campo completo de relações, pelas quais cada ser emerge e adquire sua forma, cada um relação com os demais”(p.19). Ambiente e indivíduos estão em conjunto processo de construção. Uma reintegração das representações na práxis, uma integração lateral “através da imersão do ator-receptor num dado contexto ambiental” (2000b: p. 220). Para Ingold, não é possível divorciar o conceito de cultura da sua experiência situada no ambiente e todo conhecimento gerado num “campo de práticas”.

O tratamento dado à prática reintegra as sensações, apreciações e avaliações do espaço na existência perceptiva do agente. Não sem razão, Michel de Certeau (1994) insiste sobre as “artes de fazer” do cotidiano, práticas que restabelecem nos espaços a ação dos indivíduos como constitutivas dos ambientes. “[U]m saber não sabido” (p.143), afirma o autor, sobre os quais não se reflete; saber anônimo e referencial que funciona como *táticas*, operações em registros diferentes da ordem estabelecida. Por oposição, as estratégias tracejam ruas e limites, generalizam a racionalidade no espaço mensurando direções, distâncias, congelando o movimento, organizando passagens. À arquitetura planejada as práticas do espaço se opõem permanecendo outras dentro do sistema dominante.

Outros ‘ventos’ que vêm contribuir para ampliação de um “paradigma ecológico” (cf. Velho, 2001) é a perspectiva adotada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997) cuja a luz se lança sobre variações nas configurações espaciais, decorrentes de maneiras distintas de agenciar o espaço. Para isso, partem do jogo de relações múltiplas de um par conceitual – par não simétrico construído para interpretar as diferenças complexas e contínuas entre dois espaços e suas relações: o *espaço liso*, que seria a percepção do espaço como matriz de movimento, espaço, portanto, ocupado por acontecimentos, constituído de afectos; e o *espaço estriado*, organizador de matérias, ordenador de medidas e propriedades. Espaço intensivo em oposição ao extensivo. Deleuze e Guattari analisam as diferenças entre estas lógicas distintas que se confrontam em sobreposições, levando em conta as “misturas concretas e dissimétricas” que ocorrem entre elas (Deleuze & Guattari, 1997:185-7). O espaço liso, não é homogêneo, “ao contrário, é um espaço amorfo, informal” (Deleuze e Guattari, 1997:182), é “a variação contínua”. O espaço estriado, no entanto, procede por tracejamento de linhas perpendiculares e por um centro de atração:

O liso e o estriado se distinguem em primeiro lugar pela relação inversa do ponto e da linha (a linha entre dois pontos no caso do estriado, o ponto entre duas linhas no caso do liso). Em segundo lugar, pela natureza da linha (liso-direcional, intervalos abertos; estriado-dimensional, intervalos fechados). Há, enfim, uma terceira diferença que concerne à superfície ou ao espaço. No espaço estriado, fecha-se uma superfície, a ser “repartida” segundo intervalos determinados, conforme cortes assinalados; no liso, “distribui-se” num espaço aberto, conforme frequências e ao longo dos percursos (logos e nomos). (1997: 189)

A estriagem decorre de um centro dispensor que regula durações e intervalos. Já o espaço liso, pode ser entendido a partir de alguns de seus elementos – as orientações, referências e junções – descritos pelos autores:

As orientações não possuem constante, mas mudam segundo as vegetações, as ocupações, as precipitações temporárias. As referências não possuem modelo visual, capaz de permutá-las entre si e reuni-las numa espécie de inércia, que pudesse ser assinalada por um observador imóvel externo.[...] As junções não implicam qualquer espaço ambiente no qual a multiplicidade estaria imersa, e que proporcionaria uma invariância às distâncias; ao contrário, constituem-se segundo diferenças ordenadas que fazem variar intrinsecamente a divisão de uma mesma distância. (Deleuze e Guattari, 1997: 204).

O que a oposição entre ‘liso’ e ‘estriado’ procura dar conta é do modo como o espaço pode ser experimentado por diferentes modelos de espacialização. Em alguns momentos, os espaços são capturados e sobre eles ocorrem estriamentos que mudam suas características, em outros é a própria prática dos indivíduos que alisam os espaços. São operações que ‘conhecem’ o espaço de determinada maneira, ou que se relacionam com ele de formas diferentes, ou ainda produzem sobre ele elementos estriados e lisos. Enfim, procedimentos que ora estriam, ora alisam a multiplicidade de espaços que constituem a existência.

Os três textos acima analisados apontam para formas de saber que representam modos de estar no mundo. Ao modo como o Estado e a empresa energética operam sobre o espaço, opõe-se o modo e as operações espaciais dos ribeirinhos. A espacialização ‘estatal’ que se erige de modo dominante, molar, diríamos, outras habilidades se impõem e exercem deferentes intensidades. Entre elas ocorrem trocas e misturas, perdas e reconquistas, interpenetrações e transformações.

Vamos agora projetar sobre a região atingida pela UHE Irapé os conceitos reunidos e ver quais são os agenciamentos que ocorrem em diferentes níveis.

O Descompasso das agrovilas

Em 2002 iniciaram-se as obras da Usina Hidrelétrica de Irapé, na região do Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais. O empreendimento teve como mote o desenvolvimento e modernização de uma região com altos índices de pobreza. Durante as obras foram deslocadas das zonas a serem atingidas pelo lago da represa 1.100 famílias⁴ que receberam indenizações, terras e casas em outras áreas dos municípios. Dentre elas, duas comunidades que se situavam nas margens do rio foram realocadas em agrovilas⁵, povoados construídos com equipamentos coletivos e de maneira a manter a configuração do aglomerado anterior.

As comunidades de Nova Peixe Cru e Novo Porto Corís receberam um traçado regular, casas que padronizadas e loteamentos das roças ordenados e com tamanho conforme o direito de cada um. Em Nova Peixe Cru, a organização espacial foi estritamente homogênea para cada residência e o plano da vila foi geometrizado. Já Porto Corís, por escolha dos moradores⁶, dispersou as casas ao longo dos loteamentos, configurando uma agrovila composta de sítios, onde algumas das casas se situam dentro dos seus territórios de cultivo. Apesar disso, tiveram o plano da agrovila segmentado por eixos regulares e as construções também foram padronizadas.

Nas páginas que se seguem tentarei analisar alguns dos ‘descompassos’ ocasionados pelas diferenças na concepção dos espaços de existência das famílias nas agrovilas. Esses

⁴ Dados retirados do site : www.irapé.com.br, site oficial da CEMIG. Os municípios atingidos pela represa são: Trumalina (onde localiza-se a comunidade Peixe Cru), Leme do Prado (comunidade Porto Corís), José Gonçalves de Minas, Berilo, Cristália, Grão-Mogol e Botumirim. A Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek (conhecida como Usina de Irapé), com uma barragem que chega a 208 metros de altura, tem a capacidade de produção de 360 MW e avança sobre os rios Jequitinhonha e Itacambiruçu. Sua meta é abastecer 1.000.000 de pessoas. O deslocamento compulsório dos indivíduos atingidos pelo lago teve como diretrizes o Termo de Acordo assinado pelo Ministério Público, a CEMIG, a FEAM, a Fundação Palmares, a Associação Quilombola Boa sorte e a Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé.

⁵ Termo de uso técnico que designa aglomerados habitacionais com casas homogêneas, planejadas segundo critérios geométricos precisos e que procura funcionar como uma vila central separada das terras de cultivo dos habitantes. A noção de agrovila visa organizar seus habitantes em torno da atividade agrícola, separando o espaço da moradia do espaço da lavoura. Nesse sentido vale pensar a assertiva de Deleuze e Guattari ao ressaltarem que “*é a cidade que inventa a agricultura*” (1997:189), e lembrar que é a referência à oposição urbano-rural que orienta os assentamentos.

⁶ O que não quer dizer que os moradores de Peixe Cru escolheram o traçado do novo povoado. Cabe notar que, em um leque de opções de escolhas oferecido pela CEMIG, a comunidade de Porto Corís teve uma amplitude maior por se tratar de um caso especial entre as demais: Porto Corís fora reconhecida pela Fundação Palmares como comunidade remanescente de quilombo e dentro das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, teria direitos garantidos de acesso a terra. No entanto, esse fato não foi o suficiente para embargar a obra, mas teve como tributo uma atenção redobrada da empresa empreendedora.

dados se baseiam em uma inserção de campo realizada em janeiro de 2006 quando da recente chegada das pessoas em sua nova morada. A recente mudança era fato ainda recente e marcante nas atividades e comportamento dos indivíduos, e atravessava profundamente o discurso, misto de lembranças saudosas e expectativas do futuro.



As relações ecológicas das populações ribeirinhas da região do Vale do Jequitinhonha estão fortemente imbricadas na organização social dessas sociedades. Flavia Maria Galizoni (2000) analisou a importância da terra como elemento orientador das relações sociais e os variados sistemas de apropriação das terras no Vale. Para a autora, a lavoura, a lida no campo, é a principal atividade exercida. A sua importância econômica é ultrapassada e a ela se reúnem dimensões simbólicas e afetivas organizadoras do espaço coletivo. Os usos possíveis, a natureza do solo, os diversos elementos do relevo e vegetação, compõem categorias pelas quais os indivíduos distinguem a terra e permitem um controle dos seus aspectos. “A terra é um sujeito que necessita integralmente de um predicado”, conforme Galizoni. (2000: 19).

O acesso a terra também é regulado pela coletividade. Os dons dispostas pela natureza, “as dádivas que existem sem intervenção humana direta”, não podem ser concentrados por um indivíduo apenas. Direitos e deveres são prescritos pelo grupo para garantir o acesso coletivo e as condições necessárias para a vida em comum. Além disso, códigos de uso ambiental se sobrepõem aos direitos de posse. As relações parentais orientam as transferências da terra e regulam um sistema de trocas dentro dos grupos. Dessa maneira, a disponibilidade dos recursos naturais e de um pedaço de terra garantem a reprodução social do grupo. Cada terreno se relaciona ao conjunto de terras que formam o território de uma comunidade. A terra é não só um espaço para a produção de alimentos e bens, mas constitui-se nessa superfície social pela qual se deslocam fluxos de relações humanas, é um plano pelo qual ocorre a construção da identidade dos grupos e a produção de diferença dentro do sistema social.

Neste contexto de vínculo a um território⁷ específico é que se produziu a transferência da beira do rio e é através dele que podemos compreender a clivagem que produz desencontros nos modos de interação entre os indivíduos e o ambiente. A recondução das interações sociais da maneira como eram desenvolvidas – implicando o relacionamento com elementos de um meio específico – se encontra comprometida pelas diferenças entre organizações espaciais.

“Constrói-se um acampamento, procurando-se construir uma cidade”

Assim se expressa um funcionário das construtoras. Em um estudo interessante sobre os reassentamentos de famílias no Pontal do Paranapanema, Lídia Marcelino Rebouças analisou as discrepâncias entre as concepções espaciais contidas nesses projetos e aquelas que orientam os indivíduos na beira do rio (Rebouças, 2000). O que fica claro em sua análise é o caráter ‘civilizatório’ que fundamenta o planejamento das agrovilas, empreendimentos que visam a “ascensão econômica” dos ribeirinhos. Nesse sentido, a avaliação das comunidades feita pela empresa construtora segue critérios tais como renda e potencialidade agrícola e, dessa forma, os reassentamentos são traduzidos em números. Os descompassos se iniciam nesse cruzamento de pontos de vista. É o que podemos acompanhar nos depoimentos dos atingidos em Irapé, que denunciam desencontros entre valores econômicos e valores afetivos:

Meu quintal era pra valer 30 mil reais. Tá perdendo as coisas lá. Pode levar qualquer peão da CEMIG, pode falar assim: olha aqui meu quintal. Tudo cheio de verdura, sabe quanto que deu? 5.000 reais; 5.200 contos pela plantação. Aí eu cheguei lá ele falou: se você tá achando que é pouco arruma um advogado. Eu falei não, eu não preciso de advogado não, ocê tá sabendo das coisas que eu tenho lá, 5.000 não paga nem os pés daquelas coisas que eu tenho lá. E a minha nascente que eu tenho lá?.(Sr.Francisco, Nova Peixe Cru)

⁷ Para uma distinção do conceito de *território* em relação com o de *espaço* que viemos mapeando até aqui, utilizo as definições de Rita Segato, (2005): “o espaço pertence a esse domínio do real, e é uma precondição de nossa existência, uma realidade inalcançável que sempre demonstrará exceder as categorias e medidas que lhe lançamos como uma rede no mar, comprovando ser, ao mesmo tempo, rígido e elástico, contido e incontido, narrável e não-narrável, comensurável e furtivo.” Já o território, guardado seu caráter administrativo e político e sua significativa origem na etologia, “é por assim dizer, espaço representado e apropriado, uma das formas de apreensão discursiva do espaço”. Essa distinção será mantida no texto para os fins analíticos aqui propostos.

Toninho: O terreno da nossa casa era bem maior, dava uns três desse aqui. Oh, não vou falar que tem não, tinha, não é?! Pé de manga tinha uns 3 ou 4.

D. Luíza: Na nossa casa tinha 6 pés de manga!

Toninho: Só de qualidade!

Paulo: Só o quintal que nós temos lá, o dinheiro que a CEMIG pagou não paga nem os pés de manga que tem lá. Ele deu foi 5 mil, 5 mil e 300.

D. Luíza: Abóbora, chegava lá pra ver o que era abóbora. A gente tava é pisando em cima delas, aquela bitelas...

Paulo: agora eu falo com ocê, ocê planta um pé de trem aí, custa a dar um pé de laranjeira, ocê planta, ele tá amarelado.

Toninho: Olha abóbora aí...

D. Luíza: O milho, nós plantamos aqui no quintal, deu umas lagartas desse tamanho. O milho amarelinho, que ninguém tem gosto de comer ele aqui, uma espiga dessa. Todo mundo que plantou milho aqui perdeu (Mãe e filho, Nova Peixe Cru)

A má qualidade da terra é um dos maiores motivos de embate. Os ribeirinhos do Vale do Jequitinhonha organizam o ambiente conforme categorias que formam o que Galizoni chamou de “complexo chapada-grota” (2000:16). Esse complexo polariza as terras boas de cultivo – as grotas na beirada dos rios – das terras que servem apenas para o extrativismo – as chapadas que ocupam o alto dos morros – formando um contínuo variegado que compõe a diversidade das relações ecológicas. No entanto, ambas as comunidades foram transferidas para regiões de chapada onde a terra é de baixa qualidade e a água, recurso básico, é de difícil obtenção. No esteio dos princípios que orientam a construção das agrovilas, outra dificuldade são as grandes extensões de terra recebidas como indenização. Plantar exige investimentos muito maiores que os disponíveis. O costume tradicional de plantio em terras na beira do rio é incompatível com o trabalho agrícola exigido nas chapadas⁸. Um dos moradores atingidos lembra o drama generalizado vivido:

“O povo que sai daqui e pega terreno nessas chapadas... ninguém fica nessas chapadas! Duvido! É igual sapo, gosta do brejo, vai pro brejo. Não fica fora dessas [grotas] (...) aqui não. Qualquer tiquinho de terra aqui, vale por muita coisa. Terra não importa, quantidade não importa, o que importa é a vida das pessoas, é a

⁸ Há no romance *Grande Sertão: Veredas* uma boa descrição do ecossistema da chapada, do ponto de vista do sertanejo. Nas palavras de Riobaldo: “O chapadão é sozinho – a largueza. O sol. O céu de não se querer ver. O verde cartado do gameal. As duras areias. As arvoretinhas ruim-inhas de minhas. A diversos que passavam abandonados de araras – araral – conversantes. Aviavam vir os periquitos, com o canto-clim. Ali chovia? Chove – e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se soverte em minuto terra a fundo, feito um azeitezinho entrador. O chão endurecia, cedo, esse rareamento de águas. O fevereiro feito. Chapadão, chapadão, chapadão. De dia, é um horror de quente, mas pra noitezinha refresca, e de madrugada se escorropicha de frio, o senhor isto sabe (Rosa, 2001, p. 329-30).

convivência da pessoa com a terra, com tudo, não é. A pessoa convive com a terra, vai lá pra ver se tá dando bem. Ninguém que pega qualquer coisa por aí, duvido se tá dando bem” (Vicentão, Nova Porto Corís).

Além da descontinuidade entre o espaço de produção e o espaço da casa, outras mudanças contíguas provocam desencontros. Algumas das práticas cotidianas que compõe as atividades, como a criação de galinhas, ficaram impossibilitadas na nova organização espacial, conseqüência da nova estrutura de deveres que foram criadas para as agrovilas. Às galinhas e demais animais, foi imposto a criação apenas nos terrenos destinados à lavoura, que ficam isolados das residências, implicando uma ruptura entre atividades que se organizam em áreas anteriormente interligadas ao domínio mais amplo da casa⁹. Essa ‘sobrecodificação’ dos espaços de produção e existência dos ribeirinhos encontra-se no “(...)cruzamento entre um problema físico e um assunto de Estado.”(Deleuze e Guattari: 198). Dela deriva o ‘esquadrinhamento’ cadastral das famílias e outros regimes correspondentes a esse de propriedade privada: o regime salarial, o monetário, o de produção e o de bens consumíveis. (cf. Deleuze e Guattari, 1996: 89). As famílias encontram-se diante de um ambiente que mobiliza um novo modo de vida.

“Eu ganhei 10 hectares de terra, né. Mas dinheiro mesmo eu não ganhei não. 10 hectares eu tenho que sofrer bastante pra ter dinheiro. Plantar eucalipto... eu não tenho dinheiro pra formar nada aqui. Se for pra plantar eucalipto eu não tenho dinheiro, pra eu formar ele, mais de 5 mil, mais as mudas. Você vai comprar aí uns 10 hectares pro’cê tombar ela, eu não tenho dinheiro pra comprar o eucalipto pra eu plantar ela. Não tem condição de eu ter adubo pra adubar, vou ter que vender ela e trabalhar mais os outros.” (Paulo, Nova Peixe Cru)

Dentro dessas condições, inexpugnáveis de alguma forma, a experiência sensível e o “desempenho habilidoso” (cf. Ingold, 2000b) adquirido no antigo lugar não encontram possibilidade de se adaptar à textura do concreto, ao clima seco da chapada, a ausência das águas do rio. A tarefa de dar significação ao novo lugar mobiliza, então, novas

⁹ Essa articulação oferecia uma mobilidade e autonomia produtiva, permitindo que certas atividades se concentrassem no domínio da casa, muitas vezes associado às atividades femininas, e outras na roça, atribuídas aos homens. A complementaridade desses espaços também diz respeito à divisão sexual do trabalho. O trabalho doméstico se liga à unidade residencial e de consumo familiar; a roça é o espaço da produção, base da atividade econômica. É ele que possibilita o consumo familiar e predomina sobre a casa. Segundo Beatriz Heredia (apud Rebouças, 2000:130): “Se o roçado é uma área de ação masculina, cada aspecto ligado à casa é de domínio da mulher, e é a expressão dessa oposição. Isso se reflete em termos espaciais, bem como nas atividades que nela têm lugar e finalmente também na relação dos animais que se possui.”

‘habilidades’ e demanda uma transformação dos espaços, assim como das classificações e significações originais. Nesse quadro de instável certeza que o deslocamento compulsório provoca, negando-lhes a existência do território passado, é preciso ‘fazer’ o novo espaço e, assim, a matéria uniforme dos reassentamentos ganha modulações.

Como defende Certeau, é a partir das práticas do espaço que há espacialização. Não localização, que concerne à produção de fixações, mas a conjugação dos lugares numa matriz de movimento, em que cada lugar existe em relação ao outro. Tecer lugares. Trata-se das “astúcias”, uma verdadeira “estética dos golpes” (cf. Certeau, 1995: 88), que recusa a ordem estabelecida e emprega sobre o ambiente sua marca, em suma, uma impressão peculiar que permite modalidades de ação próprias.

Assim, pude acompanhar no campo uma ‘desfeitura’ do espaço destinado à piscina do povoado (piscina criada como paliativo pela perda do rio), refazendo a entrada para a área de recreação da comunidade. Por falta de uma passagem apropriada, os homens de Peixe Cru mobilizaram-se para produzir no muro uma abertura conveniente. Em duas horas uma porta havia sido criada dando acesso à quadra de futebol, interligando o espaço à praça pública. Sendo lugar de uma atividade coletiva diária – o futebol – a quadra foi interligada a área comum da agrovila.

Este episódio permite ilustrar acontecimentos que estão a proliferar criando condições para o deslocamento dos corpos em velocidades, intensidades, durações e direções que lhes convêm. Os moradores revelam assim, seus julgamentos e intervenções práticas sobre o espaço que habitam. A ‘feitura’ das agrovilas implicam produções de estriamentos e alisamentos pelos sujeitos envolvidos, refazendo as relações espaciais ao mesmo tempo em que reconfiguram as interações sociais.

Caminhando para uma conclusão sobre alguns dos fatos observados, é preciso lembrar sobre os relatos que pude colher em campo, principalmente aqueles que abundam a respeito da antiga morada dos ribeirinhos, a operação de reintegração à paisagem congelada do lago da represa seu movimento perdido, inserindo nela percurso, trajetórias, fronteiras e toda uma rede de relações existentes entre as diferentes comunidades¹⁰. Ademais, o elemento do rio, protagonista de toda esta história, tinha sempre seu papel destacado como provedor dos sentimentos e emoções variados do ponto de vista dos entrevistados. O

¹⁰ “Mas ‘toda descrição é mais que uma fixação’, é ‘uma ato culturalmente criador’.” (Certeau, 1994: p.209).

garimpo era uma das atividades principais, mais compunha com uma miríade de outras a multiplicidade que atravessa as relações com o rio como cruzamento entre existências e intensidades. O rio era o espaço liso por excelência.

E é hoje a estrada que substitui a presença do rio. Deixando claro que não é um equivalente a altura, as semelhanças podem ser buscadas na locomoção que ela propicia e no conjunto de signos que ela mobiliza. A rede viária representa o desenvolvimento, o chamado 'acesso', a conexão com os grandes centros e com as facilidades das cidades. É por ela que chegam os elementos externos.

“Uai, diz eles que escolheram aqui, porque já tava aqui mais perto de Turmalina, perto do posto Dantas, perto de Acauã, e fica beirando a estrada aí, o estradão. (Toninho, Novo Peixe Cru)

Assim, a estrada e o rio representam o elemento do movimento. São um indicador do tempo, eternamente gerados pelas idas e vindas de substâncias variadas, compondo a paisagem e a jornada dos indivíduos ao longo da vida.

Conclusão: em busca das variações relacionais

Ao longo do texto uma noção de espaço foi sendo forjada na tentativa de compreender alguns fenômenos da vida social. Essa noção leva em conta, sobretudo, a construção coletiva do ambiente, o espaço como dimensão relativa, que se constitui através das práticas desenvolvidas sobre os lugares e da história que os envolve. O que proponho aqui, baseado nas perspectivas teóricas adotadas, é de que não existe um espaço concreto anterior a um ato significativo em relação a ele, um 'agenciamento' qualquer que inaugura sobre ele associações entre diferentes domínios. É dessa maneira que podemos pensar em modos de espacialização diferentes estabelecidos por sistemas culturais distintos implicando processos de objetivação e subjetivação específicos. A maneira como os ribeirinhos praticavam o espaço diferencia-se da espacialização engendrada na construção das agrovilas dos reassentamentos, e essa é a causa dos descompassos vividos no momento presente.

Como aponte na introdução deste trabalho, o contexto histórico vivido pelas populações atingidas na construção da UHE Irapé permitiria investigar um confronto entre dois modos distintos de conceber o espaço. Acredito ter mostrado que o Estado e as populações ribeirinhas, na própria *concretude* dos fatos, apresentam lógicas distintas de relação entre o homem e o ambiente. Desse modo, procurei apontar alguns procedimentos dessa lógica que são expressos nas relações sociais que pude investigar e nas coisas mesmas que compõem o mundo de ambos. A importância do meio ao redor reside na capacidade de agência que os elementos do meio adquirem nas perspectivas culturais existentes e acredito que o fracasso dos reassentamentos está relacionado com uma ignorância desse fato. Muitos outros fatores estão envolvidos nas dificuldades experimentadas por essas populações, o que pude demonstrar aqui foi apenas uma das várias faces do problema. Entretanto, as questões suscitadas são suficientes para apontar a complexidade dessa realidade.

A vivência de cada membro multiplica as formas de experimentar o novo lugar. Entretanto, apenas nos permitimos uma generalização em relação ao evento e das experiências vividas pela coletividade, apesar das diferenças individuais. O que o material etnográfico procurou mostrar foi um entendimento do mundo compartilhado pelos membros e que é vivenciado pelos entrevistados como um descompasso observado, de uma forma ou de outra, pelo grupo.

As agrovilas neste momento se tornaram um plano pelo qual o fluxo das relações sociais se transforma. A terra, como descrita por Flávia Galizoni (2000) – uma instância que é vivenciada através de relações diversas que definem seu uso, apropriação e representação – no momento em que ela própria é significada a partir de uma nova relação social – a presença da barragem –, passa a mobilizar novas analogias e associações.

Propus nesta monografia compreender a terra como uma relação social, como um espaço que declina a partir das variações no campo das relações. Se acompanharmos a afirmação de Eduardo Viveiros de Castro (2002:08), que, buscando responder a pergunta do que seriam as relações sociais – e, em última instância, o objeto da antropologia – afirma: “(...) o que varia crucialmente não é o conteúdo das relações, mas sua idéia mesma: o que conta como relação nesta ou naquela cultura. *Não são as relações que variam, são as variações que relacionam.*” (ênfase no original), podemos compreender a relação com a

terra como parte da “configuração relacional” do *socius*. Variando as relações, as associações, as analogias no plano no pensamento dos indivíduos dos reassentamentos, a terra passa a mobilizar outros significados. E assim cabe perguntar: o que passa a ser uma relação (social, naturalmente) entre os ribeirinhos e o espaço?

Acredito ter aberto algumas veredas para uma possível resposta, entendendo que a força compulsória da mudança é o aspecto fundamental na nova relação, do ponto de vista dos atingidos. Foi a persistência da mudança nas narrativas e nas ações dos indivíduos que nos levou a indagar sobre os aspectos que compunham essa mudança e que tipo de adaptação ela está provocando. Foi o descompasso gerado pela ausência de alguns elementos do meio e presença de outros que nos apontou caminhos para analisar a rede de relações sociais que compõem o universo ecológico e cultural dessas populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADORET, Anne. *Espace*. In: **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. 2. ed. rev. Paris [França]: Presses Universitaires de France, 1992. 755 p.

CERTEAU, Michel de. 1994. **A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. 1996. Micropolítica e Segmentaridade. In: **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 3**. São Paulo: Ed.34.

_____. O Liso e o Estriado. 1997. In: **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol.5**. São Paulo: Ed. 34.

DESCOLA, Philippe. 1997. Ecologia e cosmologia. In: **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Novas Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. E. Castro & F. Pinto, (orgs). Belém: Cejup. p. 243-261

DURKHEIM, Emile. 1996. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. (trad. Paulo Neves) – São Paulo: Martins Fontes.

EVANS-PRITCHARD, E.E. 1999. **Os Nuer – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2º edição. Col. Estudos.

GALIZONI, Flávia. 2000. **A terra construída – Família, Trabalho, Ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha**, Minas Gerais. Dissertação de mestrado defendida na FFLCH/USP, São Paulo. (mimeo).

GEERTZ, Clifford. 1989. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC. p. 25-39.

INGOLD, Tim. 2000a. Culture, nature and environment: steps to an ecology of life. In.: **The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill**. London and New York: Routledge. p.13-26

_____. 2000b. To journey along a way of life : maps, wayfinding and navigation. In.: **The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill**. London and New York: Routledge. p. 219-242

MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In.: **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify. p. 423-505.

REBOUÇAS, Lúcia Marcelino. 2000. **O planejado e o vivido – O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Anablume: Fapesp

ROSA, João Guimarães. 2001. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SEGATO, Rita Laura. 2005. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **Série Antropologia 373**. Brasília: UNB . Disponível em : <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie373empdf.pdf>> Acesso em 03 de out. 2007

VELHO, Otávio. 2001 De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. **Mana** , Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Nov 2007. doi: 10.1590/S0104-93132001000200005 . p. 1-8

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. O nativo relativo. **Mana** , Rio de Janeiro, v. 8, n.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago 2007. doi: 10.1590/S0104-93132002000100005 . p. 1 - 36